

A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS SOBRE INDIVÍDUOS NÃO-CIS-HETEROSSEXUAIS

Victor Pereira de Sousa

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, victordesousa@outlook.com.br)

Introdução

A reprodução das desigualdades não está isenta dos espaços escolares, pelo contrário, ela está inserida na realidade de nossas escolas, reforçando desigualdades sociais e educacionais que negam, ou ao menos mitigam, o direito à educação principalmente das classes mais desfavorecidas dos padrões impostos pela sociedade.

A ideologia cissexista engloba nosso sistema escolar, excluindo indivíduos não-cis-heterossexuais dentro e fora dos muros escolares, proporcionando consequências desumanas e inaceitáveis aos padrões de justiça social. Assim, o objetivo central desse trabalho gira em torno da discussão do cissexismo enquanto ideologia reproduzida nas escolas, segregando indivíduos e reforçando desigualdades, dando foco para a educação brasileira.

Metodologia

O presente trabalho se arcabouça em pesquisas bibliográficas relevantes para a problemática aqui discutida, salientando a percepção do cissexismo enquanto ideologia intrínseca aos espaços escolares. Dessa forma, diversos/as autores/as fundamentam as reflexões e discussões propostas, arcabouçando de forma sólida e consistente tais considerações. O levante bibliográfico, escolhido de forma minuciosa, se torna imprescindível na viabilidade do mesmo.

Resultados e Discussão

Indivíduos que se encontram a margem da matriz heterossexual, como chamou Butler (2009, p. 16), ou como aqui evidenciaremos por cissexismo, são interpostos a situações pejorativas, oprimidas, inferiorizadas, em diversas escalas de suas vidas. E isso não é segredo para ninguém. Ao longo dos anos, principalmente com os movimentos dos séculos XX e XXI, somos capazes de compreender tais situações por meio de diversos estudos e pesquisas relacionadas à tais problemáticas. Conceituando recortes de análises seguros de discussão, luta e resistência em prol da garantia de direitos e de justiça social dos indivíduos não-cis-heterossexuais.

Ao falar em educação, analisando cuidadosamente os sistemas, ou *cistemas*, que englobam nossos métodos, metodologias e práticas educacionais e pedagógicas, podemos compreender que alunos/as situados/as nas condições ditas anteriormente, acabam por serem excluídos de nossas escolas, ou *em* nossas escolas, corroborando com a ideia levantada por Bourdieu e Champagne (1992, p. 13), ao analisarem os excluídos do interior, tratando de alunos que são excluídos *nas* escolas, dentro dos espaços escolares. Por não se sentirem parte, e até mesmo por não fazerem parte, do ambiente em que se encontram em âmbito escolar.

A ideologia central que engloba nossa educação ainda é, muitas vezes, cissexista, e isso faz com que muitos dos sujeitos não-cis-heterossexuais se quer consigam concluir o ensino básico, e conseqüentemente, o ensino superior. A sociedade idealiza a posição em que esses sujeitos devem estar na sociedade. E, geralmente, tais lugares não são privilegiados aos padrões sociais do cissexismo, como é o caso da prostituição. Toda essa exclusão é reproduzida por esse *cistema* excludente, pejorativo, opressor e desumano.

Entretanto, a reprodução das desigualdades em âmbito escolar já foi denunciada diversas vezes. Em 1966, nos Estados Unidos, o Relatório Coleman, e em 1967, o Relatório Plowden, na Inglaterra, foram os pioneiros a tratarem especificamente desse assunto. Tais estudos deram arcabouço para que em 1975, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron desenvolvessem a teoria reprodutivista, dando origem a obra *A Reprodução*. Nessa obra, Bourdieu e Passeron denunciaram as reproduções das desigualdades que ocorriam nas escolas francesas, usando como critério de análise o fator socioeconômico. Para esses autores, os alunos mais favorecidos tinham vantagens em relação aos mais desfavorecidos economicamente, uma vez que o código cultural utilizado nas escolas reproduz a linguagem da classe dominante, causando um abismo entre a realidade vivida pelos alunos mais desfavorecidos dentro e fora dos espaços escolares.

Após esses primeiros estudos, muitos/as outros/as autores/as se engajaram nessa problemática, entre eles/as, Emilia Ferrero, Vera Candau, Teresa Seabra, Gilda Araújo, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Cláudia Vianna e Guacira Louro. Cada um/a desses/as autores/as, conseqüentemente, desenvolveu pesquisas voltadas para âmbito de suas análises enquanto pesquisadores/as, estando Guacira Louro e Cláudia Vianna, aqui no Brasil, mais voltadas para as questões de gêneros e sexualidades. Assim, foi possível que diversos discursos acerca da defesa dos direitos relacionados as diversidades de gêneros e sexualidades fossem arcabouçados em pesquisas sólidas e consolidadas, em diversos países e, também, no Brasil.

Em território nacional, sabemos, como aponta Araújo (2011, p. 11), que os direitos expressos nos textos constitucionais sofrem fragmentações sérias em relação a realidade vivida pelos brasileiros, pois, uma defasagem entre os direitos humanos transcritos nas leis e as condições de vida em que os brasileiros se encontram não seguem uma mesma linha entre a teoria e a prática, e assim, muitos desses direitos acabam sendo negados, ou no mínimo, mitigados à população.

Devemos, de uma vez por todas, reconhecer que os métodos e metodologias utilizadas nas escolas estão impregnadas por um cissexismo histórico, reproduzido diariamente pelos profissionais em educação, consciente ou inconscientemente, arcabouçados por discursos seculares que se inserem na organização de nossas escolas, passando pelos currículos, ementas, práticas educacionais e pedagógicas, na formação desses profissionais e na forma com que as escolas lidam com os alunos ditos desviantes do padrão cis-heteronormativo.

Nossas escolas assumem posturas repressivas e opressoras das diversidades de gêneros e sexualidades como se tais assuntos tivessem isentos do espaço escolar. Foucault (2017, p. 39), afirma que toda essa repressão e opressão, na verdade, é alimentada por uma vontade de saber, não vinda da ignorância ou do desconhecimento, mas sim, da vontade incessante de conhecer, e assim, ser capaz de não tolerar, de não reconhecer, de tornar pecaminosa, estranha, imoral, promiscua. “O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo” (ibid., p. 39).

Para ele, a abominação dessas expressões de gêneros, sexos, sexualidades e corporalidades estão intimamente ligadas, pensadas e reconhecidas em todos os espaços do nosso tecido social, inclusive nas escolas.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí praticamente não se fala de sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para a organização anterior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmando em trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas e pelo jogo das punições e responsabilidades (ibid., p. 31).

“A sexualidade e o gênero – em constante construção – fazem parte das pessoas que compõem a comunidade escolar. Mesmo que a educação não assuma formalmente esse debate, ele está permeando as relações entre docentes e discentes” (FERREIRA & LUZ, 2009, p. 45). Ainda como apontam Ferreira e Luz (2009, p. 49),” estereótipos e preconceitos marcam a educação. A escola reproduz muito do que a sociedade tem esperado de comportamentos masculinos e femininos”.

Um dado importante que ainda deve ser mencionado, é que o Relatório de Assassinatos de LGBT no Brasil em 2016, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (2017, p. 13), ressalta que dentre as mortes no ano de 2016, que se somaram em 343, em primeiro lugar encontram-se professores/as, e em segundo, alunos/as. Essa concepção não é por acaso, e a educação também tem culpa nessa questão. É preciso pensarmos em um sistema para todos, e não para privilegiados.

Conclusões

A forma excludente que segrega nossos/as alunos/as se configura de muitas formas, e uma delas está envolta pela ideologia cissexista. É imprescindível que políticas públicas e novas formas de pensamento dialoguem nas esferas sociais e educacionais, a fim de proporcionar melhores condições de vida para a população marginalizada por essa exclusão, fazendo valer os direitos proclamados em lei na realidade vivida por nós brasileiros.

Sem dúvidas, a educação em nosso país ainda precisa percorrer um longo caminho para alcançar patamares de justiça e de igualdade, entretanto, devemos dar início a essa (re)construção pensando em problemáticas referentes as mais diversas formas de exclusão, e conseqüentemente, a exclusão causada pelo cissexismo impregnado em nossas escolas. Lutar e resistir, sempre.

Referências

ARAÚJO, G. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista**, n. 39, p. 279-292, jan./abr. Curitiba, 2011.

BOURDIEU, P; CHAMPAGNE, P. Les exclus de l'intérieur. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, 1992.

BUTLER, J. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. **Revista de Antropologia Iberoamericana**, Madrid, Antropólogos Iberoamericanos en Red, v. 4, n. 3, p. 321-326, sep./dec. 2009.

FERREIRA, B; LUZ, L. Sexualidade e gênero na escola. In: LUZ, N; CARVALHO, M; CASAGRANDE, L. (Orgs). **Construindo Igualdade na Diversidade: Gênero e Sexualidade na Escola**. Curitiba: UTFPR, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de LGBT no Brasil, Relatório 2016**. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf> Acesso em 20 jun. 2017.